Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,

no contexto da Diversidade Cultural

MARIA DAS GRAÇAS DANTAS

Educação Histórica: autoconhecimento e consciência histórica em processos formativos para o exercício dos Direitos Humanos

Brasília/DF

2015

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,

no contexto da Diversidade Cultural

MARIA DAS GRAÇAS DANTAS

Educação Histórica: autoconhecimento e consciência histórica em processos formativos para o exercício dos Direitos Humanos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Brasília (UnB), como requisito para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade Cultural

Professor/a orientador/a: Renata Jesus da Costa

Brasília/DF
2015

Dantas, Maria das Graças.
Educação Histórica: autoconhecimento e consciência histórica em processos formativos para o exercício dos Direitos Humanos / Maria das Graças Dantas. Brasília, 2015. 49f.

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2015.
Orientadora: Renata Jesus da Costa

1. Educação Histórica. 2. Direitos Humanos. 3.Processos Formativos

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,

no contexto da Diversidade Cultural

O Trabalho de Conclusão de Curso de autoria de Maria das Graças Dantas, intitulada Educação Histórica: autoconhecimento e consciência histórica em processos formativos para o exercício dos Direitos Humanos, submetido ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, no âmbito da SECADI/MEC, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural, foi defendido e aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

_____

Orientadora: Doutora Renata Jesus da Costa

_____

Examinadora: Doutora Maria do Amparo Sousa

Universidade de Brasília - Unb

Brasília, novembro de 2015

Dedico esse trabalho aos Parahistoriadores e Paradireitológos, dedicados e incansáveis na lida em prol da evolução de todos nós.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a SECAD/MEC por oferecer uma oportunidade de reflexão e aprimoramento a nossa educação cidadã.

Agradeço a Universidade de Brasília, em especial ao Instituto de Psicologia na pessoa da Profª. Lúcia Pulino, pela coragem e coerência em manter viva a função pública da academia, realizando ações inclusivas e acolhendo a comunidade.

Agradeço as Professoras Polianne Delmondez e Renata Costa pelo amparo sempre presente à minha vontade de pesquisadora.

Agradeço ao Instituto Agostin Castejon pelo acolhimento a minha prática de Historiadora e Educadora Popular, tornando-se um espaço no qual pude dar continuidade teaticamente (teoria e prática) as ideias que partilho nesse trabalho de conclusão de curso.

Agradeço a Renato Coral Sampaio pelo apoio inconteste diuturnamente, pelos debates intelectuais, pelo amor e afeto sempre presentes, por honrar o reencontro programado: muchas gracias.

Agradeço a Geralda Rodrigues Lobo pelo amparo preciso e curativo em meados de 2004: as minhas melhores energias.

Agradeço a Paulo Freire, Marc Bloch, Waldo Vieira e Jörn Rüsen por honrarem da melhor forma possível o que se propuseram fazer, ainda nessa vida: minha gratidão multidimensional.

Agradeço ao Prof. Estevão de Rezende Martins por trazer o pensamento e o Prof. Jörn Rüsen para bem perto de nós: danke.

Agradeço às consciências intrafísicas e extrafísicas pelo amparo, solidariedade e acolhimento ao meu autorado de idéias e práticas: sozinhos vamos mais rápido, mas juntos vamos mais longe!!

“Escrever e ensinar história: este é, há quase 34 anos, o meu oficio. Ele me levou a folhear muitos documentos de épocas diversas para fazer, o melhor que pudesse, uma triagem entre o verdadeiro e o falso; e também a olhar e observar muito. Pois sempre pensei que o dever primeiro de um historiador, como dizia meu mestre Pirenne, é se interessar “pela vida”. (Marc Bloch)

RESUMO

O presente trabalho, Educação Histórica: autoconhecimento e consciência histórica em processos formativos para o exercício dos Direitos Humanos, aborda a aplicabilidade em processos formativos em Direitos Humanos do uso da Educação histórica em espaços não formais de escolarização.

Palavras-chave: Educação Histórica. Direitos Humanos. Processos formativos.

ABSTRACT

This present work entitled Historic Education: self-knowledge and historic consciousness in formative processes for the practice of Human Rights, discusses the applicability of Historic Education in formative processes in Human Rights in informal educational places.

Keywords: Historic Education. Human Rights. Formative processes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11
CAPÍTULO I - Nós os sujeitos, a Formação e os Conceitos 17
CAPÍTULO II - Educação popular e educação histórica em direitos humanos em processos formativos continuados: Formação de lideranças em Políticas Públicas 26
CONSIDERAÇÕES FINAIS 36
REFERÊNCIAS 37
ANEXOS 39
I

INTRODUÇÃO

A temática deste trabalho de conclusão de curso foi escolhida por dois motivos. O primeiro é que se insere no contexto de trabalho profissional da autora e permite um repensar de sua prática e por conseguinte oportuniza sua sistematização. O segundo motivo é a formação em História entendida desde a sua escolha, em ser uma ciência aplicada à compreensão da vida humana. E, portanto, possível de ser vivenciada e aplicada em todos os âmbitos da manifestação da consciência, do público ao privado, na efetivação dos Direitos Humanos, seus e dos demais compassageiros evolutivos do planeta terra.

1.1. Contextualização

O caminho percorrido na última década (2003 -2013) pela autora foi o uso da história em processos formativos, com lideranças sociais e educadores de educação popular nas regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste do Brasil. Estes processos formativos continuados estão inseridos em Projetos de Educação Popular de formação de educadores de jovens e adultos - EJA e na formação de lideranças em Politicas Públicas. O conteúdo curricular é perpassado pelas abordagens de género, geração, raça e etnia e Direitos Humanos. O público dos processos formativos é composto por mulheres, homens, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, jovens, idosos e que exercem posição de liderança em suas comunidades. No período de 2013 a 2015 a História também foi utilizada em processos avaliativos pontuais de projetos, programas e práticas sociais, denominada pela autora de Avaliação Assistida. É considerada nessa modalidade de avaliação as abordagens de género, geração, raça e etnia e Direitos Humanos. O público dos processos avaliativos foi composto por instituições que trabalham com a defesa de violações aos Direitos Humanos.

Primou-se metodologicamente, pelo uso da biografia, autobiografia, enumeração de experiencias e seu inventário e da frisa cronológica, na condição de instrumentos de autoconhecimento, consciência e compreensão histórica, contextualizados na

temática a ser pesquisada, estudada e sistematizada pelos envolvidos. Os registros escritos, foram lidos, relidos e acrescentados a cada momento de reencontro e socializados com os demais participantes. Entrevistas com acento na história oral pertinentes à prática política pessoal, além das discussões, debates e construção coletiva de conhecimento utilizadas amplamente durante o processo de construção conjunta de auto e heteroconhecimentos históricos.

1.2. Formulação do problema

A problematização está contida na seguinte pergunta: Qual o alcance do trabalho formativo desenvolvido até então, no tocante ao aperfeiçoamento e/ou desenvolvimento de uma educação histórica voltada para a compreensão dos Direitos Humanos inserido na prática política educativa de todos os envolvidos na formação de lideranças em Politicas Públicas?

Desdobra-se dessa problematização os seguintes questionamentos:

1) Como é efetivada a inserção de novos valores e o abandono de valores antigos na prática política educativa dos envolvidos a partir da aplicação para a vida dos processos formativos?
2) Quais os indícios existentes de uma prática política reconstrutora de conhecimentos e valores?
3) As vivências de ação cidadã e educativa já experimentadas e identificadas pelos participantes reforçam a defesa dos Direitos Humanos? Estão incorporadas à sua prática cotidiana, permitindo uma atuação coerente, pessoal e coletiva, entre discurso e prática?
4) Qual o caminho percorrido (metodologia pessoal e coletiva, história de vida pessoal, patrimônio coletivo) na formação da autoria e da autoridade na produção de reflexões e conhecimentos aplicados na defesa dos Direitos Humanos?
5) Como são organizados, a partir da prática de reconstrução política dos conhecimentos em Direitos Humanos, os saberes anteriores e os saberes agora conhecidos e apreendidos?

Essas questões-chave resultam da experiência e reflexões nos processos formativos continuados (Projetos de Educação Popular de formação de educadores de jovens e adultos - EJA e a formação de lideranças em Politicas Pública) e em processos avaliativos pontuais de projetos, programas e práticas sociais, denominada pela autora de Avaliação Assistida.

1.3. Objetivo Geral

Verificar a aplicabilidade da matriz disciplinar proposta por Jörn Rüsen no processo de construção e evolução da consciência histórica em Direitos Humanos, dos envolvidos em processos formativos não formais de escolarização.

1.4. Objetivos Específicos

1 - Experimentar para fins de pesquisa e aplicabilidade em processos formativos em Direitos Humanos, o uso da Educação histórica em espaços não formais de escolarização;

2 - Empregar o uso da biografia, autobiografia e da frisa cronológica verificando sua aplicabilidade e resultados no uso da Educação Histórica em Direitos Humanos.

3 – Sistematizar as experiências já desenvolvidas, identificando na prática indícios e características do uso da Educação Histórica, em especifico da matriz disciplinar proposta pelo historiador Jörn Rüsen.

4 – Verificar a apropriação por parte dos envolvidos da competência narrativa, a apreensão, compreensão e explicitação da cultura histórica aplicada na defesa dos Direitos Humanos.

1.5. Justificativa

O percurso formativo avaliativo desenvolvido até então (ano base 2015) calcado na valorização e aplicação do conceito de humanismo e da educação histórica e perpassado pelas abordagens de género, geração, raça e etnia e Direitos Humanos oportunizou as seguintes práticas metodológicas:

A - Uma compreensão inteligente da ação cidadã e educativa, pinçando na prática, a vivência de teorias já existentes, porém não reconhecidas e aplicadas de forma inconsciente e também as que já estão definidas e apropriadas, visando explicitar onde a prática e essas várias teorias se encontram, potencializando-as nomeando-as e buscando a sua aplicabilidade com mais consciência e de forma planejada. Esse movimento, sempre partindo da prática e a ela retornando, traduz um exercício de reflexibilidade, alteridade e descentração, que possibilita tratar a prática educativa situada no espaço coletivo como um patrimônio comum. Oportuniza também espaço de saber propício para a identificação e reflexão de visões dicotômicas entre teoria e prática.

B – A autoria e autoridade na produção do conhecimento utilizando a criatividade, a linguagem, a escrita e a autorreflexão. A autoria enquanto item deste pressuposto formativo significa: toda e qualquer forma de expressão e registro onde o desenvolvimento da cognição e a construção de significados, fruto de um dialogo interior - como instrumento de pensamento – possa ser exteriorizado, mostrando assim as conexões culturais identitárias estabelecidas. Significa dizer a sua palavração, o que mais lhe importa; reconstrução do que já foi produzido, numa perspectiva de “revisão do dialogo interno”. Portanto a visualização e a apresentação dessa autoria vêm acompanhada por um senso de autoridade sobre o produzido, contribuindo para o aprofundamento do objeto/realidade escolhido. No processo de autoria é levado em conta o curso da experiência como ser humano

pensante e atuante e a possibilidade de utilização dos resultados, em outros contextos iguais ou diferentes dos que geraram a autoria. Novamente, aparece o ingrediente da descentração e o estabelecimento contínuo de conexões experienciais e teóricas, e o uso de informações advindas da prática.

C - A reconstrução política dos conhecimentos, baseando-se no ato de construir e elaborar conhecimentos. Isto significa que de acordo com a abordagem metodológica utilizada é possível que à construção do conhecimento, segue-se quase que imediatamente a reconstrução e reorganização desse conhecimento. Ao tratar de reorganizar conhecimentos politicamente, está se pleiteando também a elaboração de registros, objetos e instrumentais de trabalho que em processos formativos, possam contribuir assim para o exercício de graduação dos vários entendimentos – do falar e ser entendido, bem como a precisão sobre o falado e o significado político/técnico da palavração - e de como atuar na realidade passível de modificação (papeis, objetivos e espaços de atuação). Significa de modo mais direto, o entendimento e a aplicação desses conhecimentos produzidos na realidade mais imediata do sujeito – sua prática e desdobramentos - como também, a organização entre os saberes anteriores e os saberes agora conhecidos e apreendidos. Isto requer o entendimento que esses saberes dados não estão concluídos e prontos.

D - A consciência e compreensão histórica a partir da vida prática dos participantes (o dia-a-dia, o cotidiano político de participação e cidadania), proporcionando teorias, perspectivas e categorias de compreensão da realidade e construindo conjuntamente formas de representação que explicam, compreendem e mediam o aprendizado e sua atuação no mundo, identificando e expandindo o agir humano e consolidando sua identidade histórica. Assim, compreende-se estar contribuindo no oficio da compreensão de saber-se no mundo e de ir-se construindo enquanto indivíduo portador de uma consciência histórica em construção e evolução constante. O procedimento utilizado é interpretar o passado (experiências significativas) para compreender melhor o presente (conjuntura atual vivenciada) e

planejar esperançosamente o futuro (auto e hétero-recomendações para as dificuldades existentes e avistadas).

A justificativa aponta, portanto, para o esforço de compreender o percurso formativo desenvolvido até então (ano base 2015) calcado na valorização e aplicação do conceito de humanismo e da educação histórica, com vistas a construir referenciais para o desenvolvimento de experimentos mais monitorados, na condição de pesquisa aplicada com a matriz disciplinar desenvolvida pelo historiador Jörn Rüsen, incluindo os aportes de outros pesquisadores e historiadores.

No capitulo I é feita uma breve revisão de literatura e apresentação dos conceitos que ampararam a sistematização da prática de intervenção. No capitulo II é relatada e analisada a intervenção propriamente dita. Nas considerações finais são indicadas duas perspectivas de continuidade da intervenção realizada e apresentada nesse trabalho de conclusão de curso.

CAPÍTULO I

Nós os sujeitos, a Formação e os Conceitos

O sujeito do processo formativo está no mundo e com o mundo: pensando, refletindo e agindo sobre este. Existe, portanto, uma interdependência e interação entre ambos. Os conteúdos e metodologias a serem utilizadas nos processos formativos devem ajudar a ampliar o universo do fazer dos sujeitos possibilitando que estes reinventem o mundo: conhecendo-o e modificando-o. Devem ainda, garantir um aprofundamento sobre o agir especifico de cada sujeito, a sua articulação simbiótica com outras disciplinas e possibilidades concretas de vivência e experimento em seu cotidiano, bem como a apreensão de saberes, necessários à transformação e/ou conservação do patrimônio cultural de cada local (natural - o meio ambiente; o conhecimento e a técnica – o saber e o saber fazer - intelectual; bens culturais - emocional) em que se encontram.

Nos espaços formativos, o desenvolvimento do ato de pensar antecede e sucede a ação humana enquanto processo de reflexibilidade e interatividade, pois o sujeito da formação, o ser humano, é inconcluso e portador de uma série de necessidades e projetos de superação e transcendência. Neste aspecto é possível dizer que, as frustrações e decepções que existem em processos formativos decorrem também da não alusão a esta singularidade coletiva. Pois o entendimento desse desejo de ser mais, possibilitará aos sujeitos envolvidos pensarem e executarem, algumas ou várias, alterações e mudanças no que diz respeito à compreensão e percepção do seu mundo mais próximo e distante (valores, costumes e hábitos, atitudes e modos de vida) e a recusar velhas e novas formas de reprodução que negam atitudes afirmativas de solidariedade e cooperação.

Durante o processo formativo de professores, formadores, facilitadores, instrutores, mediadores, assessorias e lideranças, foram identificadas em graus variados de manifestação, a depender do grupo, local e de suas realidades sociais de atuação, 03 posturas na ação formativa, a saber:

- **O experto:** o dono do saber. Trabalha com todas as metodologias, sejam participativas ou não, desde que seja ele a dar a palavra final. Não leva em

consideração no processo de ensino-aprendizagem os diversos ritmos nem as diferentes capacidades cognitivas existentes.

➢ **O generalista superficial**: o que trabalha a produção de conhecimentos *per se*, como produto de um processo aparentemente findo. Não avista falhas ou possibilidades de reconstrução desse saber bruto. Contenta-se e com certeza contenta os outros com o produto final. Quanto ao processo de aprendizagem, consegue localizar, a partir da troca de experiências, o aprendizado dos outros, porém não consegue localizar o seu aprendizado. Portanto não consegue singularizar-se ou se ater como mediador de conhecimentos, pois não trabalha a autoformação e autopesquisa. Trabalha a avaliação no campo das criticas construtivas e a pesquisa como método, e não como prática metodológica.

➢ **O educador/pesquisador, mediador, humanista e histórico:** que trabalha consigo e com os outros a experimentação tanto no sentido do sujeito que conhece quanto do objeto que é conhecido, utiliza a autopesquisa e o autodidatismo, o humanismo e sua transcendência, a pesquisa cientifica, transdisciplinar e histórica. Media o conhecimento produzido pelo grupo com abordagens que promovam na vida prática orientações (culturais, sociais, políticas) para a ação humana, reforçando a concepção de identidade histórica, diante do mudar rápido do mundo contemporâneo, com vistas a uma prática singular, pessoal sem perder de vista a dimensão plural e coletiva do grupo, da comunidade e do mundo. A formação para esse pesquisador é tempo de semeadura e a avaliação um dos momentos da colheita.

Para além dessas posturas existe também o educador popular, homens e mulheres que assumem a Educação Popular no seu cotidiano, articulando a teoria e a prática a serviço das classes populares e em prol de um mundo melhor para todos e todas. Eles(as) priorizam em sua ação educadora:

- Compromisso: ter compromisso com a ação transformadora histórica pessoal e coletiva juntamente com os educandos. Caminhar sempre ao lado, ombro a ombro respeitando as diferenças, com os educandos construindo no cotidiano práticas de emancipação e autonomia politica e cultural.
- Escuta sensível: estar aberto para saber ouvir e compreender o(a) outro(a) em uma postura qualificada de empatia e dialogo. Saber ouvir, concordar e

discordar respeitosamente. Aprender, compreender e sentir a realidade dos educandos.

- Esclarecimento: saber explicar os conteúdos em momentos de aprendizagem, esclarecer as realidades vivenciadas pelos(as) educandos(as) e exercitar a construção coletiva e democrática de conhecimentos. Proporciona espaços de fala e de autoria para que os educandos expressem seu pensamento.
- Empatia: ter sensibilidade e dar atenção aos(às) educandos(as), mantendo-se sempre em dialogo, se colocando no lugar do outro fazendo assim o exercício de compreensão e apreensão do saber e da visão de mundo do educando.
- Reflexão: fazer a reflexão da sua prática, as tensões e as produções de sentido de sua ação. Reservar tempo para aproximar-se da teoria que ajuda a refletir sua prática e assim organizar e qualificar o seu pensar e o seu agir.

Diante desse diagnóstico, colhido ao longo do processo formativo/avaliativo e em curso, sente-se a necessidade de, compreender e fazer compreender a todos os envolvidos os significados produzidos na relação com o saber e com o conhecimento (como está aprendendo e construindo este aprendizado). Pois a compreensão metodológica que permeia a formação, conceitua o ato de educar como também a descoberta de suas potencialidades e necessidades, descoberta da sua realidade social e de como esta pode ser transformada em ato humano de experienciação e inovação continua, do sujeito que sabe e conhece; adjetivada e substantivada numa educação ativa, inventiva, criativa, dialógica, contextualizada, amorosa e encorajadora.

Nessa perspectiva, o acumulo de debate, registros e reflexões advindos do processo experimentado pela autora, vem apontando para o uso da história, em especifico de modo intuitivo, não planejado, da matriz disciplinar desenvolvida pelo historiador Jörn Rüsen em processos formativos/avaliativos relacionados aos Direitos Humanos, em espaços formativos não instituídos ou de escolarização. Este uso da história e da matriz disciplinar[1] é identificado principalmente pela frequência e intensidade da aplicação dos princípios do sentido histórico (interesses, funções, perspectivas e formas) na vida prática com auxilio da ciência especializada.

---

[1] "paradigma da constituição narrativa do sentido histórico" (RÜSEN, 2001)

Os experimentos até então desenvolvidos evidenciaram o uso da História em processos formativos ancorados, além da matriz disciplinar nos seguintes pensadores e pesquisadores:

Na abordagem de Colingwood (1986) de servir a história para o autoconhecimento humano,

> "não querendo isto dizer que ele conheça a suas particularidades meramente pessoais, aquilo que o diferencia dos outros, mas sim a sua natureza de homem. Conhecer–se a si mesmo significa saber, primeiramente, o que será o homem; em segundo lugar, saber a espécie de homem que se é; em terceiro lugar, saber o que será o homem que se é, distinto, de qualquer outra pessoa. Conhecer a si mesmo significa saber o que se pode fazer. E como ninguém sabe o que se pode fazer antes de tentar, a única indicação para aquilo que o homem pode fazer é aquilo que já fez. O valor da historia está então em ensinar-nos o que o homem tem feito e, deste modo, o que o homem é". (COLINGWOOD, 1986, p.22).

No entendimento expresso por Florescano (2003) de que

> "a história nos introduz na identidade do grupo e na procura daquilo que nos é próprio, de outro nos obriga a registrar na diversidade do devir humano, nos leva ao reconhecimento do outro e, nesse sentido nos torna partícipes de experiências não vividas, mas com as quais nos identificamos e formamos a nossa concepção da pluralidade da aventura humana... Em virtude desses traços peculiares do conhecimento histórico, a prática da historia pode ser entendida como o oficio da compreensão". (FLORESCANO, 199, p.67-68)

Na experimentação intuitiva, pois carece de maior aprofundamento, monitoramento e sistematização a partir desta abordagem, da matriz disciplinar proposta por Rüsen quando explicita "a estratégia politica da memoria coletiva, a estratégia cognitiva da produção do saber histórico e a estratégia estética da poética e da retórica da representação histórica" (RUSEN, 2001, p.21). Na Figura 1 é apresentado o Esquema da matriz disciplinar da ciência da história proposto pelo historiador alemão Jörn Rüsen

Figura 1 – Matriz Disciplinar da Ciência Histórica por Jörn Rüsen.

No caráter terapêutico-educativo da Historiobiografia desenvolvido pela pesquisadora Critelli (2012) que articula nexos particulares e coletivos das histórias de vida na condição de que

> Relatos, historietas e histórias tanto nos revelam como revelam a polifonia – a voz dos outros e do mundo – com que no explicamos e reconhecemos a nos mesmo. Revelam a trama de relações a que pertencemos e como ela atua sobre nós: como nos interpreta, como nos provoca, como nos imobiliza etc. Através dos relatos e das histórias nos organizamos em meio a esse

> complexo de interpretações e nele sulcamos um caminho pessoal (CRITELLI, 2012, p.66).

No compromisso com a tarefa do esclarecimento presente no trabalho, tratando a história na condição proposta por Lee (2012) que ela (a história) "pode ser explicativa sem ser preditiva. No caso do comportamento humano, isto é particularmente importante" (LEE, 2012, p.31).

No entendimento multidimensional da História pontuadas nas ortopensatas, síntese de vivências conscienciais de Vieira: "A História faz pensar muito a quem sabe pensar mais"; "Quem não pesquisa a Historia, ignora o Tempo"; "Quem ignora o tempo, desconhece a própria vida"; "A História é a materialização do tempo"; "Não existe Ser Humano sem História". (VIEIRA, 2014, p.791)

Na delicadeza e ciência precisa do olhar Freiriano quando afirma que

> "...não é a conscientização que pode levar o povo a "fanatismos destrutivos". Pelo contrário, a conscientização, que lhe possibilita insertar-se no processo histórico, como sujeito, evita os fanatismos e o inscreve na busca de sua afirmação" (FREIRE, 1981, p.20).

Para amparar o tema escolhido, foi necessário escolher e estabelecer articuladamente conceitos que dessem conta da reflexão desejada. A saber:

1 - Educação Popular: Para compreender o conceito de educação popular recorro a três importantes pensadores para a história da educação popular na América Latina:

A Educação Popular para Freire é compreendida " como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação cientifica e técnica" (FREIRE, 1993, p.19).

Segundo Brandão é uma concepção,

> " fundamentada em um referencial teórico-metodológico que parte da vivência e da prática concreta dos sujeitos para desvelar a conjuntura, os aspectos culturais e estruturais, na perspectiva de recriar o conhecimento e a ação transformadora; exige uma coerência entre a concepção teórico-metodológica e o posicionamento político-pedagógico: a intencionalidade de construir a autonomia e emancipação dos sujeitos; os sujeitos populares são reconhecidos como protagonistas do seu aprendizado e de sua

> emancipação – a aprendizagem é compreendida como processo e não como produto ou resultado; o diálogo e o conflito são constitutivos do processo de aprendizagem, que deve se pautar e construir valores éticos, democráticos e emancipatórios". (BRANDÃO, 2009, p.96-97).

Para Wanderley, é uma educação "de classe, histórica, política, transformadora e liberadora, democrática, relaciona teoria com a prática, relaciona educação com trabalho, objetiva a realização de um poder popular". (WANDERLEY, 2010, p.23).

2 - Educação Histórica: "É uma área de investigação cujas pesquisas tratam da relação que crianças, jovens e adultos travam com o conhecimento histórico, considerado fundamental acessar o conhecimento que estes sujeitos trazem". (HICKENBICK; SCHMIDT, 2008, p.2). O trabalho desenvolvido pela Educação Histórica solicita:

> • Saber "ler" as fontes históricas diversas, a vários níveis – com mensagens diversas e com formatos também diversos.
> • Saber confrontar as fontes nas suas mensagens, nas suas intenções, na sua validade,
> • Saber selecionar as fontes, para confirmação e refutação de hipótese descritivas e explicativas.
> • Saber entender – ou procurar entender – o "Nós" e os "Outros", nos seus sonhos e angustias, nas suas grandezas e misérias, em diferentes tempos, diferentes espaços.
> • Saber levantar novas questões, novas hipóteses a investigar – o que constitui afinal, a essência da progressão do conhecimento (CAINELLI; SCCHIMIDT, 2011, p.39)

3 - Consciência Histórica: Rüsen conceitua a consciência histórica como "a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo "(RÜSEN, 2001, p.57). Ela "serve como um elemento de orientação chave, dando a vida prática um marco e uma matriz temporais, uma concepção do "curso do tempo" que flui através dos assuntos mundanos da vida diária" (RÜSEN, 2011, p.56).

4 – Cultura Histórica: Segundo o historiador Jörn Rüsen a “cultura histórica é a manifestação da consciência histórica na sociedade em diversa formas e procedimentos” (Rüsen, 2015, p.24). Ela “inclui o trabalho cognitivo dos estudos históricos, bem como atitudes da vida cotidiana voltadas para a compreensão do passado e a conceitualização histórica de nossa própria identidade;” (Rüsen, 2015, p.24). O historiador distingue “as diversas dimensões fundamentais da cultura histórica: a estética, a politica e a cognitiva”. (Rüsen, 2015, p.24).

5 - Narrativa Histórica: A narrativa histórica é o que permite dar sentido a experiencia no tempo. “É um processo de *poieses,* de fazer ou produzir uma trama da experiência temporal tecida de acordo com a necessidade da orientação de si no curso do tempo”. (RUSEN,2011, p.95)”.

6 - Cognição histórica situada: Os princípios da cognição histórica situada para Rüsen “são experiência, orientação e interpretação. Esses princípios cognitivos exercem a função diferenciadora do processo cognitivo da ciência da História e pressupõem determinados recursos ou materiais pelos quais são construídas as teorias históricas. Esses recursos ou matéria são denominados pelo autor de conceitos históricos o e categorias históricas”. (SCHMIDT, 2009, p.37).
Desse modo, a cognição histórica situada busca “a construção de uma literacia histórica, ou seja, da realização do processo de alfabetização histórica de cada um” (SCHMIDT, 2009, p.38).

7 – Matriz Disciplinar da Ciência História: É uma forma de explicar teoricamente como é formado a narrativa do sentido histórico e

> “precisa identificar, distinguir e articular os princípios, necessários um a um e suficientes em seu conjunto, que fazem a constituição histórica de sentido aparecer como um processo que obedece a determinados fatores e que pode ser reconstruído e entendido a partir deles”. (RÜSEN, 2001, p.161).

São cinco, os fatores determinantes considerados por Rüsen:

- “Carências de orientações da vida humana prática, decorrentes das experiências da contingência na evolução temporal do mundo humano”;
- “Diretrizes de interpretação que se referem à experiência do passado, se baseiam na memoria e assumem a forma de teorias, perspectivas e categorias implícitas e explicitas”;

> • "Métodos, com os quais o passado empírico tornado presente é inserido nas diretrizes de interpretação, mediante o que estas se concretizam e se modificam";
> • "Formas de representação da experiencia do passado incorporada à diretriz de interpretação";
> • "Funções de orientação cultural mediante a experiência interpretada e representada na forma de direção temporal do agir humano e na forma de concepções da identidade histórica;" (RÜSEN, 2001, p.162).

O historiador ressalta que "esses fatores condicionam-se mutuamente em um conjunto sistemático complexo. Eles não constituem uma série de etapas sucessivas estanques" (RÜSEN, 2001, p.162).

Considera-se, a partir do entendimento desses conceitos, que estes são adequados para a reflexão proposta neste trabalho, sendo possível aplicá-los na escola da vida e em processos formativos, informais e na educação popular, proporcionando aos envolvidos, elementos para uma melhor compreensão da vida humana.

CAPÍTULO II

Educação popular e educação histórica em direitos humanos em processos formativos continuados: Formação de lideranças em Políticas Públicas

1.1 – Relato da Intervenção:

A intervenção realizada em processos formativos continuados, voltados para a formação em Políticas Públicas com abordagens relacionadas aos Direitos Humanos, foi realizada no Programa de formação continuada em Políticas Públicas desenvolvido pelo Instituto Agostin Castejon – IAC, entidade de Educação Popular com sede em Brasília e com atuação notadamente no Norte e Nordeste do Brasil.

O Programa de formação continuada em Políticas Públicas, tem como objetivo de desenvolvimento que lideranças e agentes de pastorais envolvidos no projeto atuem efetivamente na transformação social e na busca pela melhoria da qualidade de vida das camadas mais pobres do país e que intervenham e monitorem políticas públicas bem como promovam o controle e a fiscalização do orçamento público. Ou seja, uma atuação qualificada com intervenção estratégica nas Políticas Públicas locais e em âmbito regional, considerando que essa atuação incide diretamente na defesa as violações de direitos humanos. O programa tem a duração de 03 anos, trabalhando com um universo de 08 municípios das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Quanto ao público, o IAC prioriza a continuidade do programa, junto aos mesmos grupos, investindo na sustentabilidade dos mesmos, bem como na irradiação e universalização da prática interventiva-propositiva, visando a democratização das Políticas Públicas locais e regional. Visando incorporar o acúmulo teórico-histórico das práticas em favor da intervenção, e consequentemente, promover direta e indiretamente a melhoria na qualidade de vida daqueles e daquelas que se encontram no raio de monitoramento deste projeto.

O grupo beneficiário do projeto do IAC é bem diversificado, com características próprias de um programa que atua em espaços de movimentos populares, sociais e religioso. Essas características primam principalmente pela diversidade de idéias, de culturas, visões políticas, práticas sociais, relações de gênero e geração, bem como

nas relações étnico-raciais, dentro do contexto urbano, rural e “rururbano” (espaços que originalmente eram rurais, porém na atualidade se dedicam ao uso industrial ou urbanos). As características do “rururbano” não são somente no modo de produção, mas também nas relações político-sociais. Ficam no limiar entre o urbano e rural. Exemplos: assentamentos de Sem Terra em Ji-paraná - RO; exploração de gás e petróleo ameaçando reservas nos municípios da Prelazia de Tefé - AM; construção de hidrelétricas, ameaçando populações rurais, ribeirinhas e indígenas dentre outros.

Os grupos envolvidos são os seguintes**:**

- Movimentos e organizações populares - Grupos de lideranças de base; movimentos sociais urbanos e rurbanos; movimentos organizados rurais (agricultura familiar e orgânica); movimentos e lideranças indígenas e quilombolas; mulheres agricultoras e quebradeiras de coco; jovens ribeirinhos; jovens estudantes de escola públicas e professores.
- Lideranças religiosas – padres, freiras, pastores, evangélicos; espíritas; agentes de pastorais e leigos.
- Lideranças políticas – Conselheiros, vereadores e secretários municipais (na área de saúde, educação e serviço social).

O conteúdo programático previsto do Programa de formação continuada em Políticas Públicas é de 384 horas distribuído em cursos, oficinas e seminários tratando dos seguintes temas:

- Identidade Pessoal – O Ser Humano e o Ser Político
- O papel do Educador como agente multiplicador
- Mobilização e participação cidadã
- Análise das Políticas Públicas Locais
- Políticas Públicas – Um Bicho de Sete Cabeças?
- Ensaio: O Que é Orçamento Público?
- Olhando o município onde atuo
- Conselhos: efetivamente um instrumento participativo?
- Como fiscalizar o dinheiro público

- Estratégias de Intervenção em Políticas Públicas
- Principais eixos do Orçamento Participativo
- Estratégias de Intervenção em Políticas Públicas
- Sistematização e Monitoramento das Políticas Públicas Locais
- O papel do Executivo, Legislativo e Judiciário
- O papel dos Conselhos e do Ministério Público
- Estudo dirigido de: PPA – LDO – LRF – LOA – LOM
- Direitos Fundamentais e Monitoramento Jurídico
- O Ser Político e o Estado
- Orçamento Público – estudos teóricos e práticos
- Orçamento Participativo – experiências aplicadas
- O papel do registro na formação do educador
- PMA - Planejamento – Monitoramento – Avaliação
- Poder e Limites da Sociedade Civil – tirania social
- Economia Internacional e Local X Controle Social e os Movimentos e ONGs

A intervenção realizada deu-se na elaboração de cursos e formação de assessoria para trabalhar com os cursos, dentro das temáticas do conteúdo curricular acima descrito, inserindo dinâmicas e instrumentos de monitoramento que promovam a reflexão sobre a consciência histórica existente seja no combate à violação de direitos fundamentais, seja na construção de estratégias/abordagens utilizadas que possibilitam o acesso aos direitos negados. Em anexo exemplos de pautas de cursos e instrumentos de monitoramento aplicados no Programa de formação continuada em Políticas Públicas.

Os pressupostos metodológicos que norteiam o fazer intelectual/pedagógico na elaboração de cursos e formação de assessoria, são:

- Considerar os Seres Humanos como agentes da sua própria história, protagonistas transformadores da realidade, incentivando a construção de novas relações com o mundo e com os outros, ao modo de processo permanente, dinâmico, contemporânea, ético e democrático;
- Priorizar aqueles(as) que sofrem processos de exploração, discriminação, opressão e exclusão de várias formas;

- Propiciar novos caminhos que oportunizem a melhoria na qualidade de vida dos(as) envolvido(as) fomentando o fortalecimento e a construção da cidadania ativa;
- Respeitar a diversidade com uma ação comprometida, dialógica e de valorização das diferenças;
- Vivenciar a ética a partir do respeito incondicional à liberdade, à troca de saberes, ao diálogo e à solidariedade;
- Implementar de discussões relacionadas às relações de gênero e geração, viabilizadas a partir do viés da legitimidade da participação cidadã de homens, mulheres, jovens, adultos e idosos, possibilitando o repensar dos papéis e relações entre os seres como um todo.
- Transversalizar os conteúdos ressaltando a pluralidade cultural, etnia e raça valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade e contribuindo com a superação da discriminação;
- Valorizar o potencial da comunicação e expressão artística e linguística (teatro, musica, cordel, poesia, repentes dentre outros) contribuindo para uma abertura intelectual e emocional no processo de apreensão dos novos conceitos e das novas formas de atuação dos grupos nos seus locais.
- Ressignificar o pensar e o agir; a compreensão e a ação; a aproximação entre a teoria e a prática como caminho para alcançar e experienciar a práxis;

Na formação de assessoria para o Programa de formação continuada em Políticas Públicas, trabalha-se sempre com a perspectiva do assessor educador/pesquisador, mediador, humanista e histórico, que trabalha consigo e com os outros a experimentação tanto no sentido do sujeito que conhece quanto do objeto que é conhecido, utiliza a autopesquisa e o autodidatismo, o humanismo e sua transcendência, a pesquisa cientifica, transdisciplinar e histórica. Media o conhecimento produzido pelo grupo com abordagens que promovam na vida prática orientações (culturais, sociais, politicas) para a ação humana, reforçando a concepção de identidade histórica, diante do mudar rápido do mundo contemporâneo, com vistas a uma prática singular, pessoal sem perder de vista a dimensão plural e coletiva do grupo, da comunidade e do mundo. A essa perspectiva

é acrescida as características do educador popular citadas anteriormente e mais explicitada na obra *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* (Freire, 1996), quando esclarece e indica três princípios reflexivos que abarcam a riqueza das vivências e práticas educativas dos educadores(as) populares e são convidativos para que possamos pensar e refletir cotidianamente a partir da Educação Popular a nossa ação educativa, histórica, social, transformadora e emancipatória no mundo, a saber:

1. "*Não há docência sem discência"* e que para tanto é necessário:

> "*rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, estética e ética, corporeificação das palavras pelo exemplo, risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação, reflexão critica sobre a a prática e o reconhecimento e a assunção da identidade cultural".* (Freire, 1996, p.23-51).

2. *"Ensinar não é transferir conhecimento*" e para isso exige:

> *"consciência do inacabamento, reconhecimento de ser condicionado, respeito à autonomia do ser educado, bom senso, humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores, alegria e esperança, convicção de que a mudança é possível e curiosidade".* (Freire, 1996, p.52-101).

3. *"Ensinar é uma especificidade humana"* e, portanto, solicita:

> *"segurança, competência profissional e generosidade, comprometimento, compreender que a educação é uma forma de intervenção do mundo, liberdade e autoridade, consciente de decisões, saber escutar, reconhecer que a educação é ideológica, disponibilidade para o dialogo e querer bem aos educandos".* (Freire, 1996, p.102-159).

Em relação aos resultados, o Programa de formação continuada em Políticas Públicas tem obtido além dos esperados, avanços nas seguintes dimensões:

Dimensão Política: uma atuação localizada mais propositiva na relação entre Sociedade Civil e o Estado através da intervenção dos grupos no monitoramento das políticas públicas em consonância com o orçamento público nos municípios. Esta iniciativa constituiu-se como um grande avanço no que diz respeito à compreensão do papel político de cada cidadã e cidadão nos seus espaços de atuação.

Dimensão participativa e controle social – Com uma ação integrada, articulada e planejada, os grupos organizados promoveram diversas ações locais de mobilização, investigação junto ao Ministério Público, Audiências Públicas, encaminhamentos de ofícios aos secretários municipais, fóruns de discussão, Plenária Populares, palestras. Ações que, contribuíram para provocar e acordar a população nos municípios de abrangência do programa, vislumbrando uma nova forma de participação ativa, através do controle social das políticas públicas implementadas pelos governantes.

Dimensão cultural e diversidade – As pessoas atendidas diretamente pelo programa têm melhorado a sua autoestima, ampliado a sua forma de pensar e têm desenvolvido sua convivência em bases mais universalistas. O exercício de convivência tem trazido bons resultados, para além do projeto, proporcionando aos participantes a compreensão do valor dos Direitos Humanos e sua relação com o acesso as Politicas Públicas. O resgate das histórias de vida, contextualizado com a história do lugar, promoveu efeitos como: o empoderamento, a apropriação e o reconhecimento das suas potencialidades e uma ação de cidadania ativa, consistente e eficaz.

1.2 – Análise da Intervenção:

Foram utilizados para análise da intervenção as intituladas questões-chaves, desdobradas da problematização sobre o alcance do trabalho formativo desenvolvido até então, no tocante ao aperfeiçoamento e/ou desenvolvimento de uma educação histórica voltada para a compreensão dos Direitos Humanos inserido na prática política educativa de todos os envolvidos. Para tanto foram utilizados os relatórios e os diários de aprendizado.

A. Quanto à inserção de novos valores e o abandono de valores antigos na prática política educativa dos envolvidos a partir da aplicação para a vida dos processos formativos foi percebido um avanço significativo expresso na *cognição histórica situada* dos participantes, ou seja, na capacidade de ao narrar e escrever suas histórias de vida e seu aprendizado durante os cursos (autoconhecimento) e também registrarem sua atuação (inventário da prática)

e reforçarem as suas identidades históricas (pertença ao local, ao grupo e a luta coletiva);

B. Quanto aos os indícios existentes de uma prática política reconstrutora de conhecimentos e valores, percebe-se que existem indícios concretos quando, por exemplo, os grupos compreendem a necessidade de superação da fragmentação da atuação e se propõem a trabalhar em rede e constituírem fóruns, acumulando força politica e legitimação no combate a violações de direitos, na exigência de cumprimento dos direitos já garantidos em lei e na conquista de novos direitos. E para tanto planejam durante o curso uma agenda comum de atuação causando um impacto no poder instituído dos municípios com ações diretas (acesso a documentação na prefeitura e camara de vereadores, atos públicos, entrevistas na mídia entre outros) e despertando em suas comunidades, ao modo de efeito multiplicador, o senso de participação cidadã. Outro indicio considerável é a compreensão do processo formativo ao modo de qualificação para o enfrentamento dos discursos e práticas utilitaristas, seja do Estado, seja dos Partidos Políticos, que realçam os interesses pessoais (pequenas corrupções e o jeitinho brasileiro em beneficio próprio) em detrimento dos direitos e interesses coletivos;

C. Quanto as vivências de ação cidadã e educativas já experimentadas e identificadas pelos participantes que reforçam a defesa dos Direitos Humanos é possível identificar a ação de participação, conhecimento e acompanhamento ao controle social através das instancias de decisão que são os Conselhos de Direitos e em instancias de participação criadas para o diálogo, critica, sugestões e decisões (Por exemplo o Espaço Aliança da Cidadania). Essa participação, qualificada é resultante do esforço para uma atuação coerente, pessoal e coletiva entre o discurso e a prática incorporadas à prática cotidiana dos participantes. A participação em espaços deliberativos em cidades pequenas requer uma exposição e posicionamentos firmes perante as autoridades locais, o que acarreta geralmente exclusão, falsas acusações, contrainformações e descriminação dos participantes.

D. Quanto ao caminho percorrido (metodologia pessoal e coletiva, história de vida pessoal, patrimônio coletivo) na formação da autoria e da autoridade na produção de reflexões e conhecimentos aplicados na defesa dos Direitos

Humanos é verificado na acreditação dos participantes, que oriundos de movimentos populares, se mostram mais qualificados em temáticas faltantes, porém pertinentes às suas lutas. Os cursos promovem o reencontro dos participantes (alguns da mesma cidade, outros de cidades vizinhas) que ao partilharem seus avanços, dificuldades e soluções encontradas, promovem a reflexão conjunta de problemáticas comuns e especificas, e com auxilio da assessoria amplia a visão de conjunto sobre a conjuntura vivenciada por todos.

E. Quanto a reconstrução política dos conhecimentos no acesso aos Direitos Humanos Fundamentais é possível afirmar que ela se dá no âmbito da prática (enfrentamentos cotidianos), carecendo da sistematização por parte dos movimentos e grupos que participam do Programa. Existe a preocupação e instrumentos que são utilizados para organizar os saberes anteriores e os saberes agora conhecidos e apreendidos durante os cursos, mas ultrapassar esses momentos para constituir-se uma rotina para os grupos e movimentos é necessário. Desse modo, inserir a sistematização de conhecimentos (aprendizados, potenciais, erros e acertos) como uma prática corrente nos grupos, carece ser mais enfatizada em função da sua importância para o avanço de compreensões e a análise de estratégias na reconstrução politica de conhecimentos em Direitos Humanos Fundamentais, no atual momento do Programa (ano base 2015) é um desafio a ser vencido.

Em relação aos objetivos da intervenção constata-se:

1 – Quanto ao Objetivo Geral de verificar a aplicabilidade da matriz disciplinar proposta por Jörn Rüsen no processo de construção e evolução da consciência histórica em Direitos Humanos, dos envolvidos em processos formativos não formais de escolarização:

É possível aplicar a Matriz disciplinar em processos formativos não formais de escolarização. A intervenção foi insuficiente para fazê-lo em sua plenitude, pois não foi monitorada o suficiente ao modo de um experimento cientifico. Porém, a intervenção forneceu indícios importantes para que a experiência possa ser reaplicada, observando tempo mais largo, área de contraste com experiências

formativas pontuais (avaliação assistida), a construção de instrumentais mais específicos a esse fim e a sistematização continuada da experiência.

2 – Quanto aos objetivos específicos:

2.1 - A intervenção propiciou indícios sobre a possibilidade concreta da aplicabilidade da Educação Histórica em espaços formativos para além do espaço escolar instituído. Portanto, experimentar para fins de pesquisa e aplicabilidade em processos formativos em Direitos Humanos, o uso da Educação histórica em espaços não formais de escolarização é possível de ser realizado, observando, contudo, uma intervenção mais estruturada e com um recorte de tempo maior para sua efetivação.

2.2 – O emprego do uso da biografia, autobiografia e da frisa cronológica no uso da Educação Histórica em Direitos Humanos são ferramentas auxiliares para uma melhor compreensão do conteúdo, para o entendimento da atuação singular e coletiva dos participantes e para a explicitação e consolidação da consciência historia manifesta.

2.3 – A intervenção permitiu iniciar a sistematização das experiências já desenvolvidas e em desenvolvimento, identificando na prática indícios e características do uso da Educação Histórica, em especifico da matriz disciplinar proposta pelo historiador Jörn Rüsen. O trabalho desenvolvido, proporcionou uma maior clareza das necessidades e dos avanços já obtidos, fornecendo pistas para sua continuidade e para o ajuste de rotas. A prática de registro e narrativa presente nos cursos como o diário do aprendizado e o inventariando a prática (instrumentos de monitoramento) oferece farto material para uma análise e uma sistematização voltada para a identificação do uso da Educação Histórica em Direitos Humanos e em especifico da aplicabilidade da Matriz Disciplinar proposta pelo historiador Jörn Rüsen.

2.4 – Percebe-se uma tímida apropriação por parte dos envolvidos da competência narrativa. Porém, a apreensão, compreensão e explicitação da cultura histórica aplicada na defesa dos Direitos Humanos é mais presente em função da história de vida dos participantes e a trajetória de luta dos movimentos e grupos que participam

do programa. É notória a importância dada a cultura história seja a partir das discussões identitárias, seja nas denúncias de violações de direitos humanos fundamentais.

Pode-se concluir que a intervenção foi satisfatória, permitindo compreender e reperspectivar a partir de sua análise, o alcance de seus objetivos e na resposta a problematização e questões-chave, fornecendo pistas para o seu prosseguimento para além desse trabalho de conclusão de curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais são tratadas nesse trabalho, à guisa de conclusão, inacabada, não pronta; pois é presente a necessidade de aprofundar as compreensões percebidas e estudados ao longo da intervenção. Dessas, o processo de sistematização que ressaltou a possibilidade de a Educação Histórica ser aplicada em processos formativos informais, e mais especificamente em práticas da Educação Popular. Essa compreensão precisa ser mais investigada, principalmente os elementos da narrativa histórica e a aprendizagem histórica em processos formativos informais, o que requer continuidade e experimentos mais controlados e monitorados.

Como perspectiva de novas pesquisas nessa área vislumbro duas oportunidades: a primeira, em curso, sobre uma intervenção similar observando ser a Educação Histórica possível de ser aplicada na prática desenvolvida desde 2013 denominada pela autora de Avaliação Assistida; e a segunda sobre as relações que podem ser estabelecidas entre o pensamento de Paulo Freire e Jörn Rüsen no campo da Consciência e Cultura histórica enquanto elementos de compreensão do espaço popular como propiciador de práticas autoritárias ou democráticas e suas repercussões.

No mais, a certeza de que existe muito chão na caminhada e na postura exemplarista do *simples quanto possível, mas não mais simples* quando se trata de denunciar as violações de direitos e anunciar a defesa dos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

BARCA, Isabel**. O papel da Educação Histórica no desenvolvimento social.** In: CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria Auxiliadora(org.). **Educação Histórica**: Teoria e Pesquisa,Ijuí: Ed.Unijuí, 2011. (p.21-48)

BRANDÃO, Carlos Rodrigues & Assumpção, Raiane. **Cultura Rebelde - Escritos sobre a educação popular ontem e agora.** São Paulo: EDL, 2009.

BLOCH, Marc. **A Estranha Derrota.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

CERTAU, Michel De. **A escrita da História.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p 65-119.

COLLINGWOOD, R. G.. **A idéia de História.** Lisboa: Editorial Presença, 1986, p 18-22.

CRITELLI, Dulce Mara. **História pessoal e sentido da vida: Historiobiografia.** São Paulo: EDUC: FAPESP, 2012.

FLORESCANO, Enrique. **A função social do historiador.** Tempo**,** Rio de Janeiro, Vol 4, , p 65-79, 1997.

FREIRE, Paulo & Nogueira, Adriano. **Que fazer - teoria e prática em educação popular**.4ª Edição, Petropólis: Editora Vozes, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 34. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1981.

HICKENBICK, Claudia & SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Pesquisa em educação histórica no Brasil: uma busca no diretório de grupos de pesquisa do CNPq**. In: VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2008, Itajaí, SC.

LEE, Peter. **Por que aprender História? Educar em Revista,** [S.l], n.42, fev.2012.

ISSN 0104-4060. Disponível em: http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/25834. Acesso em 16 Set. 2012.

RÜSEN, J. **Razão histórica. Teoria da História I:** os fundamentos da ciência da história. Trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasil: Ed. UnB, 2001, p 149-178.

RÜSEN, Jörn. **História viva – Teoria da História III**: forma e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado – Teoria da História II:** os princípios da pesquisa histórica. Brasília: UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Humanismo e Didática da História.** Curitiba: W.A. Editores, 2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora et al. (Org.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História.** Curitiba: Editora Ufpr, 2011.

VIEIRA, Waldo. **Léxico de ortopensatas.** Vol 01. Foz do Iguaçu: Editares, 2014

WANDERLEY, **Luiz Eduardo W. Educação Popular - metamorfose e veredas**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

ANEXOS

IAC – Instituto
Agostin Castejon/MISEREOR
Diocese de Boa Vista - RO
Formação em Políticas Públicas
Plano de Ação para atuação junto aos Conselhos de Direitos
Oficina de Planejamento
15 a 17/05/2015

OFICINA DE PLANEJAMENTO

1º Dia

Análise de Conjuntura – Contexto sócio-político-econômico, Políticas Públicas e o papel da Educação Popular no processo Democrático Brasileiro.

Trabalho em grupos:
- Os grupos farão uma análise de conjuntura local (municipal e Estadual), levantando os aspectos destacados pelo assessor.
- Apresentação na roda

2º Dia

1º Momento: Diagnóstico dos Conselhos a serem acompanhados pelos grupos.
- Apresentação do diagnóstico realizado pelos grupos;
- Fazer a tomada de decisão – quais os aspectos que irão aprofundar no acompanhamento - FOCO
- Definir as etapas para o processo de acompanhamento

2º Momento: Leitura e discussão em grupo do texto: *A Relação entre os Conselhos e os movimentos sociais - Raquel Raichelis*

3º Momento: Construção do CENÁRIO da situação atual dos Conselhos na Diocese de Boa Vista.
- Perguntas orientadoras para construção do Cenário:
  - ✓ Levantamento: quantas pessoas ligadas à Diocese fazem parte dos Conselhos? Como estão a atuação destes agentes? Quem representa quem e em que nível se encontra esta representatividade?
  - ✓ Quais os movimentos populares estão sendo representados nos Conselhos? Como estes conselheiros atuam? Compreendem a importância do seu papel?
  - ✓ O que fazer diante deste Cenário?

Utilizar o instrumental 1 para registro da Construção do Cenário

Encerramento do dia: Diário do Aprendizado

3º Dia

4º Momento: Verificar para esclarecimento e construção do Plano de Ação:
1 - Os aspectos comuns no âmbito Diocesano;
2 - Pontos Comuns a todos os Conselhos a serem acompanhados – para toda a Diocese.

Utilizar o debate no grande grupo para:
- ✓ Diante dos Cenários apresentados, definir os Princípios e as Diretrizes comuns para o acompanhamento a ser realizado pelos grupos.
- ✓ Definir as Estratégias Políticas para acompanhamento e intervenção nos Conselhos priorizados.

Utilizar o instrumental 2 para registro dos Princípios, Diretrizes e Estratégias Politicas.

5º Momento: Construção do Plano de Ação:
- ➪ Definir um plano de trabalho, considerando:
  1 - O QUE – A atividade a ser realizada para o acompanhamento e intervenção nos Conselhos locais;
  2 - COMO – Metodologia a ser implementada; ONDE – Local a ser realizado a ação;
  3 - QUANDO – temporalidade da ação de intervenção; e
  4 - QUEM – O grupo de Políticas Públicas da Diocese de Boa Vista (este que está em formação) mais os outros grupos que irão envolver para formar a REDE DE AÇÃO junto aos Conselhos – em Nível diocesano.

- ➪ **Utilizar o Instrumental 3 para registro do Plano de Ação**

- ➪ Apresentação e ajustes dos Planos de Ação.

6º Momento – Encaminhamentos, avaliação e encerramento.

IAC – Instituto
Agostin Castejon/MISEREOR/UCB
Diocese de Humaitá - AM
Formação em Políticas Públicas
Mobilização Social em Politicas Públicas
18/09 a 20/09/2015

1º dia - 18/09

1º Movimento: Acolhimento e Retomada do Processo entre Etapas Formativas – Organização do grupo nas suas comunidades.

- ✓ **Atualização do processo:** Inventariando a Prática.
- ✓ **Socialização pelo grupo do acompanhamento das atividades orçamentárias no município.**

2º Dia: 19/09 – Dia todo

Acolhimento do dia – Canção: Saga da Amazônia – Vital Farias

2º Movimento: Incidindo nas Politicas Públicas

- ✓ Leitura do Texto: Incidindo nas Politicas Públicas (págs. 44 a 50)
- ✓ Estudo e reflexão de texto a partir da prática dos participantes.
  1. O que vocês compreenderam do texto?
  2. Identifique no texto o que tem de semelhante e diferente das experiências apresentadas com as experiências de vocês?
- ✓ Apresentação dos trabalhos.

3º Movimento: Experiências de Mobilização Social

1 - **Vídeo:** ASA Mobilização social para democratização do acesso a agua.

- ➪ Discussão sobre o vídeo a partir das seguintes perguntas:
  1 - A experiência da ASA – Articulação do Semiárido - de reunir centenas organizações e juntas, sair de pequenos projetos e atuar eficientemente nas politicas públicas é possível de ser efetivada em sua realidade? Como isso pode ser feito?
  2 - Como a sua comunidade/ município se organiza para resolver problemas comuns?
  3 – Quais os instrumentos de mobilização são utilizados?
- ➪ Organizar o grupo por ações comuns ou conselhos para inventariar as experiências de mobilização social;
- ➪ Apresentação do inventário, reflexão e socialização na roda.

4º Movimento: Incidindo nas Politicas Públicas

- ✓ Continuidade da Leitura do Texto: incidindo nas Politicas Públicas (págs. 51 a 58)
- ✓ Estudo e reflexão de texto a partir da prática dos participantes.
  1. O que vocês compreenderam do texto?
  2. Quais estratégias e práticas de articulação apresentadas no texto podem ser aplicadas no contexto de vocês?
- ✓ Apresentação dos trabalhos.

Encerramento do dia: Diário do Aprendizado

3º Dia: - 20/09 – Até ao meio dia

5º Movimento: Planejamento de atividades de Mobilização em Politicas Públicas

Trabalho em grupo:

- ➪ Organização em Grupos de Trabalhos (GT) para a atuação de base na Diocese.
- ➪ Construção do planejamento de atividades para mobilização social em Politicas Públicas.

Encerramento e Avaliação

INVENTÁRIO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Município:

1ª Fase - levantamento preliminar:

- ✓ Quais as experiências de mobilização social já foram realizadas?
- ✓ Quais os instrumentos foram utilizados para a mobilização social?

2ª Fase - Identificação:

- ✓ Quem promoveu e participou?
- ✓ Qual o valor e significado da mobilização social para quem promoveu e participou?
- ✓ Quais os resultados?

3ª Fase - Documentação:

- ✓ Existem registros (fotográficos, sonoros e gravados em vídeo) das experiências? Onde estão guardados esses registros?

Participantes:
Data:

Diário do aprendizado

1 - O que eu aprendi que eu não sabia antes?

2 - Como esse conhecimento faz com que me sinta?

3 - O que espero que esse novo conhecimento acrescente a minha vida?

Nome do Participante: _____

Local de Atuaçao: _____

Instituto Agostin Castejon
Instrumental de Pesquisa
Conselhos de Direitos

1 - Funcionamento do Conselho:

a – O conselho tem plano de ação definido? (se possível obter cópia). Ele foi elaborado com a participação de todos os conselheiros?
( ) Sim.
( ) Não. Porque?

b – Descreva nos últimos 02 anos:
1 – Quais os temas relevantes de discussão, articulação e negociação do conselho?

2 – Quais os resultados mais relevantes obtidos pela atuação do conselho?

3 – Quais as principais dificuldades no alcance dos objetivos do conselho?

c – As reuniões do Conselho são abertas ao público?
( ) Sim.
( ) Não. Porque?

d – Existe fundo municipal na área de atuação do conselho?
( ) Sim.
( ) Não. Porque?

e - O poder publico destina recursos para o Fundo?
( ) Sim. Quanto?
( ) Não. Porque?

f – Existe na lei orgânica do município previsão de destinação de orçamento para o Conselho?
( ) Sim. Esta sendo destinado corretamente?
( ) Não. Porque?

g – Existe local, equipamentos (mesas, cadeiras, papel, telefone, automóvel, caneta, pastas entre outros) e pessoas destinadas ao trabalho diário do conselho?

( ) Sim.
( ) Não. Porque?

h – O Conselho já convocou conferências municipais ?

( ) Sim. Quantas?
( ) Não. Porque?

I – O conselho tem influenciado:
( ) a agenda do poder municipal. Como ?

( ) as politicas publicas do município. Como ?

( ) iniciativas da sociedade civil organizada ou não. Como?

( ) iniciativas de partidos. Como ?
( ) iniciativas de igrejas. Como?

( ) iniciativas dos setores produtivos e empresários locais. Como?

2 – Perfil dos Conselheiros:

a – Qual o tempo médio de permanência de cada conselheiro no Conselho?

( ) 01 ano ( ) de 01 a 03 anos ( ) de 04 a 06 anos ( ) mais de 07 anos

b – Na atuação dos conselheiros prevalece a defesa de quais interesses?
( ) Nenhum interesse especifico, o conselheiro faz o que ele acredita;
( ) Os interesses da instituição que representa;
( ) Os interesses de redes e/ou movimentos sociais a partir de problemas específicos que estejam sendo debatidos no conselho;
( ) Os interesses de todos, da coletividade.

c – Os conselheiros têm bases de apoio para sua atuação no conselho?
( ) Sim. Quais?
( ) Não. Porque?

d – Os representados sabem sobre o conselheiro:
( ) de seus posicionamentos no conselho;
( ) das deliberações do conselho;
( ) de sua atuação no conselho;
( ) das articulações necessárias para sua atuação no conselho;
( ) não são comunicados da atuação do conselheiro.

e – Os conselheiros participam das reuniões, e entendem o que está sendo discutido?
( ) Sim.
( ) Não. Porque?

f – Existe a necessidade dos conselheiros em se capacitarem para o exercício do seu mandato ?
( ) Sim. Como?
( ) Não. Porque?

g – Quais os potenciais e limites dos conselheiros atuais?

h – O que poderia ser feito para melhorar a atuação dos conselheiros ?

INVENTARIANDO A PRÁTICA

Considerando o aprendizado da etapa anterior, descreva o que foi realizado/aplicado pelo grupo em seu local de atuação, após a ultima etapa da Formação em Politicas Públicas.

Período: ____/___/____ a ____/___/____

Local:

Responsáveis:

Quais AÇÕES/INTERVENÇÕES foram desenvolvidas?	Qual METODOLOGIA foi utilizada?	O que esta intervenção MODIFICOU a prática cotidiana? (Níveis: politico, econômico, social e cultural)	Quais CONHECIMENTOS esta atuação propiciou para você e seu grupo?

INSTRUMENTAL 1
CONSTRUÇÃO DE CENÁRIO

Nome dos responsáveis: **Local:**

Roteiro Orientador

1 - Levantamento: quantas pessoas ligadas à Diocese fazem parte dos Conselhos?

2 – Atuação: Como está a atuação destes agentes?

3 – Representatividade: Quem representa quem e em que nível se encontra esta representatividade? Quais os movimentos populares estão sendo representados nos Conselhos?

4 – Atuação : Como estes conselheiros atuam ? Compreendem a importância do seu papel?

5 - O que fazer diante deste Cenário?

INSTRUMENTAL 2
PRINCIPIOS, DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS POLITICAS

Nome dos responsáveis:

Local:

CENÁRIO	PRINCIPIOS	DIRETRIZES	ESTRATÉGIA POLITICA

INSTRUMENTAL 3
PLANO DE AÇÃO – MONITORAMENTO DOS CONSELHOS LOCAIS

Nome do Conselho: **Local:**

Nome dos responsáveis: **Período de Acompanhamento:**

O QUE - Atividades	COMO – Estratégia / Metodologia	QUANDO – Tempo/ Período	ONDE – Local	QUEM – outros grupos para formar a REDE	QUAL - temática